

Resenha

Da modernidade anômala à peleja da vida cotidiana: em busca de uma Sociologia do homem simples

Deni Ireneu Alfaro Rubbo*

O passado se torna presente em função da realização dos possíveis implicados objetivamente nesse passado.

Henri Lefebvre

Se pudéssemos arriscar sobre qual a raiz dos desdobramentos teóricos e metodológicos na Sociologia de José de Souza Martins (2008), um dos mais importantes cientistas sociais do Brasil, seria a célebre frase de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”. Ela emite, com efeito, um descompasso social permanente entre o homem produtor de sua história e o que se separa dela.

Nesse desencontro do homem com a história é que se promovem “tempestades” dos ritmos desiguais do desenvolvimento histórico capitalista. *A sociabilidade do homem simples* tem exatamente como objetivo esgueirar-se na situação do reencontro possível do homem consigo mesmo, na singularidade latino-americana e, mais especificamente, na brasileira.

O livro é composto por ensaios e entrevistas, dos quais o professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) também propõe avaliação, analisando tal temática, com propostas metodológicas claras, a fim de que se construam condições pertinentes para uma compreensão e para futuras pesquisas sociológicas.

As relações entre homem simples, vida cotidiana e história são ponto precípuo de suas pesquisas históricas e sociológicas, seja – só para ficarmos em alguns exemplos – em sua investigação acerca da vida social do subúrbio em São Caetano, seja dos imigrantes espanhóis, seja, ainda, do estudo agrário e dos camponeses do Brasil, etc.

* Mestrando em Sociologia pela FFLCH-USP; bolsista CAPES.

OS CONTRATEMPOS DA MODERNIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

O autor trabalha com a tese de Henri Lefebvre, o qual assevera que o processo de produção e reprodução da sociedade contemporânea compõe-se em temporalidades diferentes e desencontradas. Tais ritmos desiguais incendeiam de modo bastante substantivo o tema da modernidade, particularmente nas assim chamadas regiões periféricas.

Em Martins (2008, p. 18), a modernidade “é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual”. Trata-se, portanto, de uma definição acerca da modernidade em que ela é simultaneamente “tempo moderno e a consciência crítica do moderno”, o transitório e a consciência deste. Em outras palavras, sua simultaneidade não se reduz aos signos do moderno, fazendo com que modernidade e moderno não sejam sempre coincidentes.

Outro significado, de igual importância, é que, em face da “angústia cotidiana da incerteza”, a modernidade anunciaria a quatro ventos as promessas do progresso linear, no entanto, sem mostrar suas realizações efetivamente humanas. Nessa medida, a modernidade tem um caráter ambíguo ou, nas palavras do sociólogo brasileiro, ela “é, em certo sentido, o reino do cinismo: é constituído dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam” (MARTINS, 2008, p. 19).

Sendo a modernidade, primeiramente, um assunto dos países ricos, ela chega à realidade latino-americana não de modo puro, mas constituída por temporalidades que não são suas, vestígios de outras estruturas que se misturam em uma combinação e ritmos que emitem sua especificidade social.

No Brasil, assim como na América Latina, como bem disse o mexicano Nestor Garcia Canclini, a modernidade é portadora de um “hibridismo cultural”, que se distribui nos compartimentos da cultura e da vida social, confrontando justamente passado e presente. A modernidade na periferia não se completa pela ação da discordância dos tempos. Ela toma a forma peculiar de um tempo que se tornou lento, que, em sua travessia – para ficarmos na expressão de Guimarães Rosa –, entre um passado arcaico e entre as potencialidades de um presente possível (mas não realizado), é que ela se define, “no atravessar sem chegar, que está presente o nosso ser” (MARTINS, 2008, p. 22). Portanto, aí repousaria nossa face simbolizada pelo personagem Macunaíma, cuja autenticidade está no indefinido, no híbrido.

Desse modo, a investigação da modernidade brasileira tem por base, para o autor, o modo como o moderno e os signos da modernidade são incorporados pelo popular. O nacionalismo, por exemplo, intensificado principalmente na Semana da Arte Moderna de 1922 e, posteriormente, na política getulista, mostrou-se apto a incorporar-se às formas modernas – a racionalidade do lucro, a organização racional do trabalho –, mas não aos valores da modernidade. O sociólogo nomeia de um “nacionalismo conservador”, pois este realiza uma resistência de um modo de vida – o da modernidade. “Nesse quadro e nessa situação, a constituição do nacional não expressa necessariamente um momento da modernidade, mas sim das dificuldades do moderno”

(MARTINS, 2008, p. 28). Seus passos lentos também deixam claro outra característica não menos importante que as outras: a modernidade na periferia é assunto de estrangeiro, pois ela chega de fora, como um forasteiro, declarando-se portadora de um progresso supostamente infinito. Isso responde como o brasileiro a recebeu: às “gargalhadas”, como se a modernidade fosse um “erro histórico”, uma estranha entre um mundo de tradição popular e rural, que bebe principalmente de fontes da fé e da festa.

É razoável, então, como analisa o sociólogo, que o assunto da modernidade periférica seja um “fenômeno historicamente recente”. Uma modernidade que penetra, sem dúvida, no cotidiano da vida social e cultural, todavia, às avessas.

UMA COMPREENSÃO SOCIOLÓGICA E METODOLÓGICA DA VIDA COTIDIANA

É a partir da mediação e da referência da vida cotidiana que José de Souza Martins (2008) propõe investigar e elucidar o processo histórico do homem comum. Essas investigações podem ser contempladas tanto nas entrevistas quanto nos ensaios do autor. A vida cotidiana não pode ser circunscrita nos limites dos usos e costumes domésticos, assim como do íntimo, do rotineiro e do repetitivo. Essa aceção reduz o cotidiano ao banal, ao senso comum. Contrariamente, a vida cotidiana – para a qual Martins vale-se predominantemente das ideias do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre – é muito mais que um resíduo desprezível da realidade. Ela é emanada nos porões da investigação de uma história local, expressão particular das contradições históricas.

Não se trata de uma micro-história do vivido à maneira de uma Sociologia pós-moderna, destituindo-lhe qualquer traço de historicidade. As conexões entre vida cotidiana e história reabrem a discussão, salientando que mesmo os estudos tratados sejam predominantemente de atores sociais “coadjuvantes”, em momentos específicos, podendo se tornar globais e protagonistas, como, por exemplo, o movimento indígena de Chiapas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que obteve repercussão mundial em 1994, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Brasil, que faz algum tempo se tornou expressão e referência internacional na luta pela reforma agrária, principalmente em sua articulação com a Via Campesina, rede internacional que aglutina os movimentos sociais rurais contemporâneos.

Há aqui uma proposta metodológica bastante clara: o pesquisador, traçando um panorama circunstancial, indicando o lugar e o tempo de seu ponto de investigação, deve ater-se ao núcleo do vivido, que é nada menos que o cerne da história da práxis, com a função de explicitar qual o sentido da vida para essas pessoas e por que lá estão, uma vez sabendo que estão mergulhadas em relações históricas complementemente diferentes.

As relações sociais possuem datas diferentes, como nos alerta Lefebvre. O vivido é também expressão da contradição: “a intenção muitas vezes equivocada do fazer está numa relação de desencontro com aquilo que é feito” (MARTINS, 2008, p. 125).

Como o pesquisador pode recolher os subsídios de seu objeto? É por meio de uma interpretação do documental, como, por exemplo, a literatura oral do passado, pois há biografias que

expressam os acontecimentos vividos e também relatos, questionários e relatórios. Não se trata aqui de fazer pesquisa empírica vulgar, reduzida à mera coleta de dados. A investigação empírica deve estar situada em pressupostos lógicos claros de antemão, para assim obter a condição precisa de como chegar aos grandes processos sociais: “ao sociólogo cabe apenas desvendar a circunstância historicamente precisa de falas e atos, para captar-lhes o verdadeiro sentido, referi-los às ocultações do processo social” (MARTINS, 2008, p. 140). Só com base nisso é que faz sentido, precisamente no mundo rural, em que as diversidades dos tempos históricos estão acentuadas, “reencontrar nela persistências revolucionárias e o sentido de confrontos políticos centenários”.

Lefebvre trabalha com a noção da lógica do possível (ou transdução) – parte, aliás, integrante da investigação empírica –, que é nada menos que ações sociais, as quais não foram capturadas pelo poder e que, por permanecer “nos subterrâneos da vida social”, contêm “necessidades insuportáveis” como possibilidade não realizada.

Terminaremos pela decisão fundadora de uma ação, de uma estratégia: a reunião dos “resíduos”, sua coalizão para criar poeticamente na práxis, (sic) um universo mais real e mais verdadeiro (mais universal) do que os mundos dos poderios especializados (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 2008, p. 107).

Por fim, é em busca da “história dos homens sem história” que o livro resenhado se situa. Para tanto, perfaz uma análise que busca a especificidade histórica do homem comum brasileiro, atravessado por contratempos, explicitando as adversidades de sua lentidão nas “ciladas da travessia”, sua “inconclusão” permanente e o medo do que é e do que pode ser. Há indicações metodológicas e teóricas imprescindíveis para os pesquisadores do campo sociológico que almejam adentrar no mundo rural, focalizando o homem simples e relacionando a vida cotidiana com a história. As proposições advindas estão justamente em uma clara manifestação de “insurgência necessária” para captar o reencontro do homem e de sua obra, cujo destino é “mudar a vida”, como diziam Lefebvre e Agnes Heller, e acender a crítica social na Sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, J de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008. 176 p.